

## INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO CRÍTICA: por uma pedagogia interseccional

Emerson José da Cunha  
Erisvaldo Pereira dos Santos

### Resumo

O presente trabalho se ocupa da interseccionalidade e de sua relação com a educação crítica. Apresenta-se, inicialmente, o surgimento do termo *interseccionalidade* em Kimberlé Crenshaw. Em seguida, aborda-se o modo como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge lidam com a interseccionalidade como ferramenta analítica, propondo dois princípios organizacionais desse instrumento, a saber: interseccionalidade como investigação crítica, e interseccionalidade como práxis crítica. Trata-se ainda da aproximação desses dois princípios e da sinergia produzida entre eles, gerando um novo tipo de conhecimento. Mais que definir a interseccionalidade, pretende-se tomá-la como instrumento de análise das questões sociais presentes no campo educacional. Aborda-se, ainda, o que se compreende por educação crítica, invocando a compreensão de *educação bancária*, de Paulo Freire, para opor-lhe a uma educação que forme a pessoa para criticar, rejeitar e tentar corrigir desigualdades sociais. Por fim, relaciona-se interseccionalidade e educação crítica a fim de propor uma pedagogia interseccional, capaz de promover uma educação para a consciência crítica que enfrente a desigualdade e as injustiças sociais.

**Palavras-chave:** interseccionalidade; educação crítica; pedagogia interseccional.

## INTERSECTIONALITY AND CRITICAL EDUCATION: for an intersectional pedagogy

### Abstract

This paper approaches intersectionality and its relation with critical education. It initially presents the emergence of the term *intersectionality* as in Kimberlé Crenshaw. Then, it addresses how Patrícia Hill Collins and Sirma Bilge deal with intersectionality as an analytical tool by proposing two organizational principles of this instrument, namely: intersectionality as critical investigation and intersectionality as critical praxis. It also deals with the approximation of these two principles and the synergy produced between them, creating a new type of knowledge. More than defining what intersectionality is, the aim is, hereby, to use it as an instrument for analyzing social issues present within the educational field. It also presents what is understood by critical education, invoking Paulo Freire's understanding of *banking education*, to oppose it with an education that trains people to criticize, reject and try to correct social inequalities. Lastly, it relates intersectionality and critical education in order to propose an intersectional pedagogy that is capable of fostering education for critical consciousness, which, in turn, confronts social inequality and injustice.

**Keywords:** intersectionality; critical education; intersectional pedagogy.

## INTERSECCIONALIDAD Y EDUCACIÓN CRÍTICA: por una pedagogía interseccional

### Resumen

Este trabajo trata de la interseccionalidad y su relación con la educación crítica. Presenta, inicialmente, el surgimiento del término *interseccionalidad* en Kimberlé Crenshaw. Después se ocupa de la forma como Patrícia

Hill Collins y Sirma Bilge abordan la interseccionalidad como herramienta analítica, proponiendo dos principios organizacionales de este instrumento, es decir: la interseccionalidad como investigación crítica y la interseccionalidad como praxis crítica. Trata también del acercamiento de estos dos principios y la sinergia que se produce entre ellos, generando un nuevo tipo de conocimiento. Este texto no pretende discutir la definición de interseccionalidad, pero presentarla como instrumento de análisis de problemáticas sociales presentes en el ámbito educativo. También presenta lo que se entiende por educación crítica, invocando la comprensión de Paulo Freire de *educación bancaria*, para oponerla a una educación que capacite a las personas para criticar, rechazar y tratar de corregir las desigualdades sociales. Finalmente, relaciona interseccionalidad y educación crítica a fin de proponer una pedagogía interseccional que sea capaz de promover una educación para una conciencia crítica que enfrente la desigualdad y la injusticia social.

**Palabras clave:** interseccionalidad; educación crítica; pedagogía interseccional.

## INTRODUÇÃO

*Interseccionalidade* é um termo famoso no campo das ciências sociais. Não falta produção acadêmica que trate desse assunto. Inúmeros artigos, dissertações, teses, livros, ensaios, cursos e outros tipos de produção intelectual aprofundam essa temática e colaboram para melhorar a compreensão desse termo. Além da academia, ativistas de movimentos sociais, militantes políticos, profissionais e defensores das mais variadas causas adotam esse termo em suas lidas e lutas.

No presente trabalho apresenta-se, inicialmente, a reflexão realizada por Kimberlé Crenshaw ao cunhar o termo interseccionalidade. Em seguida, partindo da reflexão de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, reflete-se sobre dois princípios organizacionais da interseccionalidade, a saber: interseccionalidade como investigação crítica e interseccionalidade como práxis crítica. Trata-se ainda da aproximação desses dois princípios e da sinergia produzida entre eles, gerando um novo tipo de conhecimento. Mais que definir o que é a interseccionalidade, pretende-se tomá-la como instrumento de análise das questões sociais.

Depois da apresentação desses *modos* de compreensão da interseccionalidade, faz-se, neste artigo, uma reflexão sobre o que é uma educação crítica para, em seguida, relacionar a interseccionalidade a esse tipo de educação. A fim de dizer o que se compreende por educação crítica, invoca-se a compreensão de *educação bancária*, de Paulo Freire, para opor-lhe a uma educação que forme a pessoa para criticar, rejeitar e tentar corrigir as desigualdades sociais oriundas das injustiças sociais.

A interseccionalidade, compreendida como investigação crítica e como práxis crítica, pode colaborar com a educação crítica. E esse modelo educacional - compreendido como formação de sujeitos capazes de perguntar, criticar e rejeitar as desigualdades sociais e propor intervenção para a promoção da justiça social - pode contribuir com a interseccionalidade. É nessa relação dialógico-sinérgica que identificamos uma pedagogia interseccional.

## KIMBERLÉ CRENSHAW E O CONCEITO INTERSECCIONALIDADE

A maior parte da produção histórico-literária que trata da interseccionalidade atribui seu surgimento ou o início de seu *uso oficial* à acadêmica jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, atribuindo-lhe o mérito de ter proposto o termo. No entanto, alguns estudiosos defendem que a ideia da interseccionalidade, bem como seu uso ou prática, já estava presente nas atividades de movimentos feministas negros existentes antes da teorização de Crenshaw. Segundo Patrícia Hill Collins (2017, p. 08): “[...] as narrativas contemporâneas relativas à emergência da

interseccionalidade ignoram, com frequência, a relação desta com as políticas feministas negras dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos”. Movimentos sociais estadunidenses do século XX, sobretudo os que reuniam mulheres negras em torno de suas causas, realizavam reflexões e ações concretas fortemente marcadas por características da interseccionalidade. Estavam na vanguarda do pensamento e da prática interseccional, ainda que não utilizassem o referido conceito.

Em 1989, Kimberlé Crenshaw publicou o artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*.<sup>1</sup> A partir dessa produção intelectual, a academia legitimou aquele conhecimento, previamente existente na prática dos movimentos sociais, que enxergava raça, classe e gênero como categorias sobrepostas e intimamente relacionadas. “Ao aceitar um nome para o campo, que foi afastado de sua origem nos movimentos sociais e seus praticantes, esses atores ajudaram a legitimá-lo” (Collins, 2017, p. 10). Assim sendo, a jurista negra supracitada, ao cunhar o termo interseccionalidade, está historicamente localizada no momento em que a ideia surgida na prática ativista de movimentos sociais se aproxima dos esforços intelectuais acadêmicos e deles passa a ser elemento considerado importante.

Ao propor o termo *interseccionalidade*, Kimberlé Crenshaw se dispõe a responder criticamente às análises feministas e antirracistas que padronizavam as experiências de indivíduos diferentes, vítimas de opressões de raça e gênero. As referidas análises - ao lidar com o machismo e o racismo, em tendência essencialista - consideravam a *experiência da mulher* e a *experiência negra* distintamente. Nessa perspectiva, o feminismo tradicional comportava uma compreensão essencializada e universal do ser mulher e o grupo antirracista englobava a pessoa negra também de modo homogeneizado, sem qualquer especificidade. Assim, uma mulher negra sofria opressão de gênero por se enquadrar na *experiência da mulher*, e opressão de raça por caber também na *experiência negra*. No entanto, as duas formas de opressão eram consideradas separadamente. Tratava-se de uma somatória de opressões distintas. Crenshaw (1989, p. 140, tradução nossa) fala de “[...] soma de racismo e sexismo”.

Para a proponente do termo, além da falta de especificidade que considere as duas formas de opressão como sobrepostas e não distintamente, as análises que separam as duas *experiências* não respondem totalmente ao problema enfrentado pela mulher negra e se mostram demasiado reducionistas, pois partem da perspectiva de indivíduos privilegiados no interior do próprio grupo oprimido. Assim afirma Crenshaw (1989, p. 140, tradução nossa): “[...] nos casos de discriminação de raça, ela tende a ser vista na perspectiva dos negros privilegiados no que se refere ao sexo ou à classe; nos casos de discriminação de gênero, centra-se em mulheres privilegiadas no que se refere à raça e à classe”. Nesse sentido, a *experiência da mulher* é aquela vivida pela mulher branca da classe alta, e a *experiência negra* relaciona-se àquela experimentada pelo homem negro também de classe alta. Todo sujeito oprimido por raça ou toda mulher oprimida por gênero são encaixados nessas experiências, universalmente consideradas, como se todo indivíduo oprimido por raça ou toda mulher oprimida por sexo, sofressem, dentro de cada grupo específico, igualmente o mesmo tipo de opressão. Observa-se que as análises das opressões concretas não são particularmente consideradas e ficam reduzidas a características essencialistas que não expressam realmente a especificidade da opressão.

E ademais, conforme a pensadora, a análise tradicional dessas experiências resulta da perspectiva de indivíduos privilegiados dentro de seus grupos oprimidos. A jurista estadunidense

<sup>1</sup> Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista (tradução nossa).

propõe que a mulher negra sofre uma discriminação específica, por ser ao mesmo tempo mulher e negra. Ela não sofre opressão ora por ser mulher, ora por ser negra. É oprimida por ser simultaneamente mulher negra.

As análises tradicionais não dão conta de que as mulheres negras sofrem dupla discriminação: não apenas como mulheres - uma vez que a empresa empregava mulheres - nem apenas como negras – pois também havia homens negros contratados. Elas foram discriminadas como mulheres negras, numa sobreposição de opressões. Esse cruzamento de opressões exige uma especificidade para seu tratamento, o que somente a interseccionalidade é capaz de oferecer.

As teorias tradicionais não dão conta dessa questão porque tendem a homogeneizar e reduzir a questão da mulher e do negro, ignorando o que há de específico para a mulher negra. A interseccionalidade vê o cruzamento das opressões e evita o risco do reducionismo. Trazer à tona essa reflexão foi a empreitada de Kimberlé Crenshaw ao propor o termo interseccionalidade.

## PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS DA INTERSECCIONALIDADE

Interseccionalidade é um termo gerador de muitas interpretações. As teóricas Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, em nota de rodapé de seu livro *Interseccionalidade*, consideram que muitos são os modos que acadêmicos e acadêmicas se referem à interseccionalidade: *uma perspectiva, um conceito, um tipo de análise, uma abordagem metodológica, um paradigma de pesquisa, uma variável mensurável e um tipo de dado, algo que experimentamos em nossa própria vida* são alguns exemplos de como intelectuais de ambos os sexos se referem a essa ideia (Collins, Bilge, 2021, p. 64-65). Para além dessas tentativas mais teóricas de definição do que seja a interseccionalidade, não é fácil reunir sob um mesmo conceito a variada gama de ideias que surgem de uma rápida pesquisa desse termo no *Google*. Algumas palavras, no entanto, aparecem em quase todas as ideias que tentam definir esse termo, tais como: diálogo, conversa, coalizão, interação, solidariedade, transação, conexão, relacionalidade.

As pesquisadoras em tela lidam com a interseccionalidade como ferramenta analítica e, dessa forma, compreende que ela pode se apresentar de modos variados e ser utilizada de diversas formas. No entanto, as pensadoras propõem dois princípios organizacionais da interseccionalidade que, se aproximados, geram uma sinergia entre eles, a saber: interseccionalidade como investigação crítica e interseccionalidade como práxis crítica. A sinergia oriunda desses dois princípios faz emergir a inter-relação entre pensamento e ação. A teoria e a prática podem produzir inúmeros benefícios por si só, sem serem consideradas mutuamente, mas juntas geram proveitos ainda maiores. “Um relacionamento sinérgico é um tipo especial de relacionalidade em que a interação de duas ou mais entidades produz um efeito combinado que é maior que as partes separadas” (Collins, Bilge, 2021, p. 53). Nesse sentido, toma-se o diálogo como um tipo de relação sinérgica produtora de conhecimento. Diálogo entre pessoas, diálogo entre realidades, diálogo entre pensamento e ação. É a partir dele que se pode pensar em uma epistemologia de conexão em oposição a uma teoria de conhecimento que se fundamenta na separação. Dialogar, nessa perspectiva, não é debater ideias contrárias, mas participar, ativamente, do processo de construção de saberes.

A interseccionalidade como investigação crítica comporta um variado leque de possibilidades de análises e estudos mais aprofundados das estruturas e dos fenômenos sociais. Tomada como ferramenta de investigação crítica da sociedade, este conceito facilita a compreensão da vida e do agir humano, sobretudo, a partir das lutas das pessoas privadas de seus direitos, e torna-se um importante instrumento para unir teoria e prática, facilitando o fortalecimento de pessoas e comunidades. Conforme Collins e Bilge (2021, p. 56-57),

a primeira característica de quem trabalha nas intersecções consiste em usar as experiências e as lutas de grupos privados de direitos para ampliar e aprofundar o entendimento da vida e do comportamento humano. [...] A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas.

Tomada como investigação crítica, a interseccionalidade constitui-se num modo de pensar crítico que se posiciona diante dos problemas sociais emanados das complexas desigualdades sociais e se esforça por superá-los. Trata-se de uma maneira de produção de ideias que conduz as pessoas à ação. Nesse sentido, pensar interseccionalmente é superar o binarismo teoria/prática; é desfazer a separação entre pensamento e ação. O pensamento crítico não está enclausurado no espaço acadêmico, nem o ativismo sociopolítico é exclusividade dos movimentos sociais.

Patrícia Hill Collins fala em *ativismo intelectual* na tentativa de unir o espaço acadêmico à luta sociopolítica, sem restringir a intelectualidade ao exercício teórico da academia. Para isso, Collins propõe a desconstrução do conceito de intelectual. Nas palavras da própria pensadora: “Nem todas as intelectuais negras foram escolarizadas. Nem todas as intelectuais negras são do meio acadêmico” (Collins, 2019, p. 52). E defende a ideia de que “[...] fazer um trabalho intelectual do tipo pensado pelo feminismo negro requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independente do lugar social concreto em que esse trabalho ocorra” (Collins, 2019, p. 52). Ao compartilharem suas ideias umas com as outras, mulheres negras mães de família ou mães de criação, mulheres religiosas membros de igrejas, cantoras, poetisas, escritoras e ativistas de movimentos sociais se constituem em intelectuais-militantes. Nessa perspectiva não há separação entre investigação acadêmica e ativismo sociopolítico; pensar e agir, teoria e prática não são realidades dicotomizadas.

Muitos intelectuais, de ambos os sexos, utilizam a interseccionalidade como instrumento de análise para repensar questões teóricas e intuições cognitivas que impactam o comportamento humano na vida em sociedade. “Cada campo acadêmico de estudo aborda diferentes aspectos da interseccionalidade em relação a suas preocupações específicas” (Collins, Bilge, 2021, p. 61). Cada intelectual ou área de conhecimento ajusta suas questões, preocupações e métodos específicos à abordagem interseccional que melhor corresponda às suas investigações.

A interseccionalidade como práxis crítica propõe não apenas conhecer e entender os problemas sociais gerados pelas desigualdades sociais, mas também resolvê-los. Mais que uma heurística para o exame teórico da realidade, a interseccionalidade é um procedimento de intervenção na realidade para produção de justiça social. Pensamento e ação estão profundamente conectados na práxis crítica da interseccionalidade e se constroem mutuamente. Não há espaço para o binarismo que enxerga a atividade acadêmico-intelectual como o lugar próprio para emanar ideias abstratas e o ativismo como o espaço exclusivo da aplicabilidade prática dessas teorias em contextos concretos da vida real. A interseccionalidade como práxis crítica supera o dualismo teoria/prática, pois considera essas duas produções humanas intimamente conectadas. A experiência vivida molda o conhecimento; o conhecimento, por sua vez, ilumina a prática.

A investigação crítica e a práxis crítica compreendidas como princípios constitutivos da interseccionalidade, intimamente relacionados, geram uma relação sinérgica que produz um novo conhecimento e uma nova prática. A sinergia entre investigação crítica e práxis crítica no interior da interseccionalidade gera a conexão reflexão-ação, teoria-prática, pensamento-modos de ser/viver, em vistas da superação de problemas sociais, oriundos das desigualdades sociais, e molda iniciativas de fortalecimento da justiça social.



A interseccionalidade exige uma atividade intelectual dialógica, sobretudo quando utilizada como ferramenta de análise crítica, como se pretende fazer aqui ao relacioná-la a um tipo de educação, a saber, à educação crítica. “A interseccionalidade está em toda parte e é poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto a da academia e das instituições” (Collins, Bilge, 2021, p. 11). O diálogo é um exercício imprescindível para a construção, validação e compartilhamento de conhecimento. Uma epistemologia que pretenda ir além da lógica do dualismo cartesiano que desde o século XVII orienta a produção e reconhecimento de saberes na parte ocidental do mundo, não pode fugir desta exigente atividade.

A produção de conhecimento baseada em uma epistemologia de separação encontra seu fundamento em René Descartes (1596-1650), filósofo francês que, depois de um metódico, rigoroso e radical exercício da dúvida, coloca sob suspeita tudo o que conhecia ou pensava até então ser verdadeiro e atinge sua primeira certeza: a de ser uma coisa que existe enquanto pensa. Colocando todo seu conhecimento sob investigação guiada pela dúvida, o filósofo se dá conta de que se duvidava, devia ser algo que existia enquanto duvidava, mesmo que não tivesse corpo. Assim assevera Descartes (2016, p. 112): “[...]concluo muito positivamente que minha essência total ou natureza é tão somente pensar”.

Nesse momento da reflexão cartesiana, não se pode concluir, ainda, que haja no ser pensante uma existência corporal, mas se pode afirmar que existe uma coisa pensante. A esse respeito continua o filósofo:

E ainda que talvez (ou melhor, com certeza, como logo o direi) eu tenha um corpo ao qual estou muito estreitamente unido, a despeito disso, [...]é certo que esse eu, isto é, minha alma, pela qual sou o que sou, é completa e verdadeiramente distinta de meu corpo, e pode ser ou existir sem ele (Descartes, 2016, p. 112).

Decorre dessa meditação cartesiana a separação mente-corpo que influenciou fortemente as epistemologias ocidentais posteriores. Para o pensador francês, o ser humano é o conjunto de duas substâncias - alma e corpo - naturalmente distintas. O corpo pode ser dividido; a alma, por sua vez, é sempre indivisível (Descartes, 2016, p. 122). Ainda que haja no homem uma relação muito estreita entre essas duas substâncias que o formam, elas são distintas e não há inserção de uma na outra. A separação, não a conexão, marca a epistemologia de Descartes que fundamenta, há séculos, a educação ocidental.

A teórica bell hooks, em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* reflete sobre a necessidade de superação dessa lógica de separação na educação. Seguindo a reflexão do monge budista Thich Nhat Hanh, hooks propõe pensar uma pedagogia que considere a integridade da pessoa, levando em conta a união mente, corpo e espírito. A pensadora afirma, a partir de sua experiência docente, que os professores se perturbam quando encontram alunos que desejam ser considerados como seres humanos integrais. Assim ela escreve:

Minha paixão por essa busca me levou a questionar constantemente a cisão entre mente e corpo, tantas vezes tomada como ponto pacífico. A maioria dos professores eram radicalmente contra – chegavam até a desprezar – qualquer abordagem ao aprendizado nascida de um ponto de vista filosófico que enfatizasse a união de mente, corpo e espírito e não a separação desses elementos (hooks, 2017, p. 31).

A separação mente/corpo sustenta a ideia da compartimentalização da educação. O docente é compreendido como detentor do saber intelectualizado/livresco, sem qualquer relação com sua vida concreta e suas experiências históricas, transformando-se em objeto transmissor de conhecimento. O aluno, por sua vez, é mero buscador de frações compartimentalizadas de

conhecimento. Nessa lógica dualista, “[...] a pessoa inteligente é intrinsecamente instável do ponto de vista emocional e só mostra seu melhor lado no trabalho acadêmico” (hooks, 2017, p. 29). Na sala de aula desaparece a inteireza da pessoa humana, tanto do docente quanto dos alunos, ficando apenas suas mentes objetivas.

Só a partir do diálogo se pode pensar em uma epistemologia de conexão que supere uma produção de conhecimento fundamentada nessa lógica de separação tipicamente cartesiana. Collins afirma que “[...] um dos pressupostos epistemológicos básicos subjacentes ao uso do diálogo na avaliação e reivindicações de conhecimento é o de que a conexão, e não a separação, é um componente essencial do processo de avaliação do conhecimento” (Collins, 2019, p. 416).

É nessa perspectiva dialógico-sinérgica que se apresenta a relação interseccionalidade-educação crítica. A educação é apresentada como um espaço importante para a investigação crítica e a práxis crítica da interseccionalidade. A sinergia entre investigação e práxis inerente à interseccionalidade afeta várias dimensões de um projeto educacional, desde a formação de professores, passando pela confecção do currículo, atingindo até a organização do espaço físico escolar. Antes, porém, de tratar da relação dialógica entre interseccionalidade e educação crítica, convém explicitar melhor a compreensão que se tem desse tipo de educação.

## O QUE É EDUCAÇÃO CRÍTICA?

Educação crítica é o empreendimento pedagógico, formal ou informal, que se dedica à formação do sujeito crítico. É o processo de construção de uma consciência que rejeita os problemas sociais emanados de situações de injustiça social. É a educação de sujeitos capazes de autorreflexão sobre o próprio modo de ser e estar no mundo. A educação crítica como “[...] pedagogia alternativa repousa sobre um engajamento dialógico, uma maneira de analisar o mundo de forma crítica, fazendo perguntas difíceis, resolvendo problemas e pensando criticamente” (Collins, Bilge, 2021 p. 214). Os docentes envolvidos na promoção de uma educação crítica estão convictos de que “é possível dar uma aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes” (hooks, 2017, p. 31). Nesse processo, o conhecimento não é encontrado exclusivamente em livros, mas está disponível também na realidade dos envolvidos na educação, sejam professores ou alunos.

Educação crítica é o que se contrapõe à concepção de educação bancária denunciada por Paulo Freire. Segundo esse pensador “[...] na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 2022, p. 81). Conforme bell hooks, inspirada por Paulo Freire, o sistema de educação bancária está “[...] baseado no pressuposto de que a memorização de informações e sua posterior regurgitação representam uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e usados numa data futura” (hooks, 2017, p. 14).

Nessa perspectiva, a educação é um mero depósito dos saberes historicamente construídos, na mente dos educandos, compreendida como o *banco* onde se acumulam valores. Os educandos são meros receptores passivos, inertes, indiferentes ao conteúdo que lhes é depositado; e os educadores são os agentes ativos dos depósitos, os depositantes. Nesse tipo de educação “[...] a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (Freire, 2022, p. 80-81). Não há qualquer possibilidade de crítica, rejeição ou correção do que lhes é oferecido. “Tudo o que os alunos precisam fazer é consumir a informação dada por um professor e ser capazes de memorizá-la e armazená-la” (hooks, 2017, p. 26).

Em oposição à educação bancária está a educação crítica, na qual os educadores críticos estão convictos de que tanto eles quanto seus educandos são participantes ativos do processo

educacional e não meros consumidores passivos de informações. Segundo Freire (2016, p. 25), “[...] embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. [...] Não há docência sem discência [...] Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Nessa mesma perspectiva continua o teórico pedagogo brasileiro: “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 2016, p. 24).

Os sujeitos historicamente subordinados requerem uma educação que favoreça o desenvolvimento de uma consciência crítica, a fim de se oporem à subalternização e se capacitarem para a liberdade. Compreendida como prática da liberdade, a educação crítica “[...] permite que os alunos assumam a responsabilidade por suas escolhas” (hooks, 2017, p. 33). Trata-se de um processo educacional que fornece aos educandos os instrumentos necessários para que possam fazer uma análise crítica da desigualdade social, bem como reivindicar o seu lugar dentro dela, buscando, assim, sua emancipação e empoderamento individual e coletivo. A educação crítica implica “[...] coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção” (hooks, 2017, p. 24).

A promoção de uma educação que questione os pressupostos filosófico-antropológicos da *educação bancária* tende a contribuir para uma educação crítica para todos os atores sociais, não apenas para os grupos oprimidos. “Todos se beneficiam de uma melhor compreensão da dinâmica das desigualdades sociais interseccionais” (Collins, Bilge, 2021, p. 214). Uma proposta educacional em perspectiva interseccional é capaz de fomentar uma educação verdadeiramente crítica, pois só a partir de uma pedagogia interseccional ou de uma educação interseccionalmente pensada e praticada se pode “[...] criticar injustiças sociais que caracterizam complexas desigualdades sociais, imaginar alternativas e/ou propor estratégias de ação viáveis para a mudança” (Collins, Bilge, 2021, p. 86).

## INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO CRÍTICA: POR UMA PEDAGOGIA INTERSECCIONAL

Interseccionalidade e educação crítica mantêm estreitas relações dialógico-sinérgicas e se influenciam mutuamente. “A interseccionalidade e a educação crítica compartilham sensibilidades, sobretudo porque as mesmas pessoas estão envolvidas em ambos os projetos” (Collins, Bilge, 2021, p. 211). A educação pode promover a autonomia dos sujeitos, facilitando seu processo de empoderamento, ou pode privá-los de seus direitos. Conforme bell hooks (2017, p. 13) “[...] a educação é capacitante, [...] ela aumenta nossa capacidade de ser livres”.

Considerando todo o potencial libertador/emancipador da educação, as pensadoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge apresentam a interseccionalidade como ferramenta de análise dessas possibilidades educacionais e demonstram a utilidade analítica da interseccionalidade na abordagem das questões educacionais, fomentando a educação para uma consciência crítica.

A reflexão de Paulo Freire em sua *Pedagogia do Oprimido*, serve de base para Collins e Bilge apresentarem a interseccionalidade como ferramenta analítica dos processos educacionais e instrumento facilitador da promoção de uma educação crítica que favoreça a justiça social. A educação crítica está diretamente vinculada à empreitada da promoção da justiça social. Conforme as autoras, “[...] o uso que Paulo Freire dá aos termos ‘opressão’ e ‘oprimido’ evoca desigualdades interseccionais de classe, raça, etnia, idade, religião e cidadania. Por essa escolha de palavras, ele vincula as necessidades das pessoas oprimidas aos apelos em favor da justiça social” (Collins, Bilge, 2021, p. 212).



A compreensão freireana de pedagogia extrapola a estreiteza técnica que enfatiza a aquisição de competências para gerir uma sala de aula ou mesmo a promoção de habilidades para lecionar determinado conteúdo curricular. A pedagogia é, primeiramente e substancialmente, uma Filosofia da Educação, que busca compreender e aperfeiçoar os processos de formação do ser humano de modo integral, promovendo, inclusive a educação para a justiça social. Segundo Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 213),

Paulo Freire considerava que as pedagogias que limitam o entendimento da justiça social eram regidas pelo que chamou de ‘concepção bancária de educação’. Essa concepção se refere a práticas pedagógicas pelas quais estudantes dominam o conhecimento ‘pronto’, os fatos e os modos de pensar que os fazem se encaixar em um *status quo* desigual.

A *educação bancária* considera o processo educacional como mera transmissão/aquisição de conhecimentos historicamente produzidos, sem uma análise crítica desses conhecimentos e seus processos de construção. Ao assumirem acriticamente esses conteúdos, os alunos são induzidos a aceitarem sem questionamentos o lugar que lhes fora atribuído na organização social. Nessa lógica, as pessoas brancas elitizadas aprendem que ocupam, naturalmente, lugar de superioridade na hierarquia social, pois são, por natureza, melhores que os demais seres humanos. Os não-brancos, por sua vez, oprimidos por essa lógica, aprendem a respeitar e a reproduzir essas práticas opressoras, perpetuando sua subalternização. A teórica bell hooks vê nesse tipo de educação uma forma de impedimento ao pensamento crítico. Assim assevera a pensadora: “[...] o sistema de educação bancária [...] não me interessava. Eu queria me tornar uma pensadora crítica” (hooks, 2017, p.14).

Compreender os modos de produção e manutenção do poder dentro da organização social pode incentivar a resistência e a *reexistência* e transformar vidas. Uma pessoa formada criticamente, portadora de um pensamento capaz de fazer as perguntas certas, pode desafiar as estruturas sociais do poder e propor intervenção de reparo na desigualdade social.

Há de se considerar que não há sociedade sem relações de poder. “O poder está disseminado por todas as partes do mundo social, numa trama complexa e heterogênea de relações de poder[...]” (Branco, 2001, p. 240). Exercer o poder é conduzir comportamentos alheios. O poder se estabelece na relação de governo do agir do outro; é da ordem do controle e da condução do agir dos indivíduos. “O exercício do poder seria uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros” (Foucault, 1995, p. 245).

As relações de poder estão imbricadas na vida social. Viver em sociedade é consentir que, de alguma maneira, uns ajam sobre as ações de outros. De modo que “[...] uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração” (Foucault, 1995, p. 246). Isso não significa, no entanto, que todas as relações de poder existentes no seio de uma sociedade sejam necessárias e justas, nem que o poder seja o centro das relações sociais, constituindo-se um destino do qual não se pode escapar. Ao contrário, a impossibilidade da existência social sem relações de poder impõe a inevitável tarefa política de constante análise e reelaboração dessas mesmas relações no seio da vida em sociedade. Isso se realiza por meio de uma educação crítica.

A educação crítica, em contraposição à *educação bancária* propõe uma produção de conhecimento que se fundamente mais no compartilhamento dialógico dos saberes, do que na sua passiva transmissão/aquisição. Nesse sentido, a experiência do diálogo se impõe como característica central dessa pedagogia crítica.

A educação crítica e a interseccionalidade mantêm uma relação dialógica bastante acentuada, pois são semelhantes em diversos aspectos. Os espaços escolares são lugares onde “[...] as relações de poder interseccionais privilegiam sistematicamente alguns estudantes em detrimento de outros. A educação formal constitui, portanto, um local importante para ensinar as crianças a se integrar e criticar as hierarquias sociais existentes” (Collins, Bilge, 2021, p. 217). Nessa perspectiva, o espaço escolar deve ser lugar de promoção do pensamento crítico, além de oportunidade de aquisição de competências técnicas e capital social para o mundo do trabalho.

A educação crítica enfatiza o diálogo entre as diferenças e coloca sua atenção na interseccionalidade das relações. Essa pedagogia dialógica, que tem a interseccionalidade como instrumento analítico do processo educacional formal, propõe a convivência harmoniosa com as diferenças entendidas como parte imprescindível do desenvolvimento da consciência crítica e fundamental para a produção de conhecimento. Nessa perspectiva, a proposta educacional crítica não é a eliminação das diferenças, nem a superação dos conflitos. Não se espera, nem mesmo, a mera e passiva tolerância do contraditório. As diferenças devem ser consideradas como espaços privilegiados de emanção da criatividade. O que se espera é a produção e o compartilhamento dos múltiplos saberes. Deseja-se que o conflito frutifique. Nas palavras de Collins e Bilge (2021, p. 220),

A didática dialógica da educação crítica fornece uma via útil para a interseccionalidade navegar melhor pelas diferenças. [...] A educação dialógica assume o trabalho árduo de desenvolver a consciência crítica, conversando e ouvindo pessoas com pontos de vista diferentes. [...] Essa abordagem dialógica vê o conflito como o resultado inevitável de diferenças legítimas e se esforça para torná-las frutíferas.

O pensamento interseccional trabalha com o diferente e não elimina o dissenso, produzindo homogeneidade. “Fazer um trabalho interseccional que leve a sério as diferenças, significa trabalhar com pessoas realmente diferentes” (Collins, Bilge, 2021, p. 221).

A interseccionalidade e a educação crítica compartilham três aspectos fundamentais: a compreensão de democracia participativa em perspectiva filosófica ampliada; a assunção do processo de educação formal escolarizado como espaço primordial de suas práticas; e a aceitação das diferenças como parte imprescindível para a produção de conhecimento e formação de consciência crítica (Collins; Bilge, 2021, p. 221). A interseccionalidade é um instrumento crítico de análise da realidade. Utilizada assim, como ferramenta crítica, ela é capaz de facilitar o aperfeiçoamento da educação para a consciência crítica.

A escola, como espaço de educação formal, institucionaliza e reproduz a estrutura social de poder através dos seus sistemas de seleção, admissão, currículo e política pedagógica. A interseccionalidade como ferramenta analítica proporciona o desvelamento da estrutura de poder e “[...] mostra como as pessoas reproduzem e legitimam as ideias que sustentam determinada ordem social, assim como a criticam e imaginam alternativas” (Collins, Bilge, 2021, p. 230).

As escolas, ocupadas na *produção* de técnicos competentes para o mercado de trabalho, assumem em suas políticas pedagógicas uma agenda de caráter fortemente neoliberal que amplia cada vez mais as desigualdades sociais. A proposta neoliberal coloca ênfase no sucesso individual, descuidando-se do progresso coletivo/social. Desse modo, os problemas sociais são tratados como questões individuais.

A proposta neoliberal enfatiza as diferenças pessoais, considerando importante todo tipo de diversidade individual, e descuida das diferenças estruturais, sem analisar seriamente os fundamentos da desigualdade social. Propõe soluções individuais para desafios sociais, o que configura um risco, pois a gênese dos problemas é desconsiderada. A ênfase na diversidade pessoal

e a proposição de soluções individuais mascaram as desigualdades estruturais presentes no processo educacional formal e contribui para a perpetuação da desigualdade social, o que a interseccionalidade, como ferramenta de análise, pode desmascarar.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica pode fornecer uma lente mais abrangente para abordar as complexidades da equidade educacional. Alinhar a abundante literatura sobre identidades interseccionais a contextos escolares reais pode ser bastante útil para docentes e profissionais da educação (Collins, Bilge, 2021, p. 239-240).

A educação crítica relacionada à interseccionalidade como instrumento analítico, possibilita aos educandos uma cosmovisão que supera as explicações do currículo escolar formal, superando a *educação bancária*. Os estudantes passam a perceber o mundo também a partir da interseccionalidade de suas múltiplas e diferentes experiências.

A interseccionalidade desvela a educação formal como campo de poder e resiste à pressão individualista do neoliberalismo, evidenciando fatores estruturais em ação na produção da desigualdade social, que se faz presente na intersecção da estrutura da educação escolarizada. Uma pedagogia interseccional possibilita “[...] práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporciona novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos” (hooks, 2017, p. 20). O uso da interseccionalidade como ferramenta de análise e investigação dos processos educacionais formais, certamente favorece uma educação para a consciência crítica capaz de enfrentar a desigualdade e as injustiças sociais.

## CONCLUSÃO

O trabalho que por ora finda, tratou da interseccionalidade nos modos como esse conceito é compreendido por Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. Não se teve a preocupação em buscar uma definição exata do que seja a interseccionalidade, mas esta foi considerada conforme as teóricas que serviram de base para a reflexão a compreendem.

A interseccionalidade é instrumento, de reflexão e práxis, que colabora na percepção de que na história da sociedade humana os grupos não são distintos, mas inter-relacionados e sobrepostos. A teoria interseccional facilita a compreensão da coalização das estruturas sociais, sobretudo, a interação existente entre os tipos de opressão. A subordinação experimentada por certos grupos não pode ser pensada de modo distinto ou exclusivamente relacionada a uma única categoria social. É preciso pensar as dominações conjuntamente. As relações de gênero, raça e classe, por exemplo, produzem a sobreposição de diferentes formas de dominação e desigualdade. O pensamento interseccional favorece a compreensão do modo como as discriminações operam juntas, e a práxis interseccional facilita a superação dessas operações de desigualdade.

Ciente da vasta heterogeneidade que marca a compreensão da interseccionalidade na atualidade, o texto em tela se fixou em dois princípios organizacionais dessa ferramenta metodológico-analítica: primeiro, interseccionalidade como investigação crítica, e segundo, interseccionalidade como práxis crítica. No primeiro princípio, a interseccionalidade foi apresentada como instrumento que evoca um vasto sentido de usos de estruturas interseccionais e como portadora de um variado leque de possibilidades de compreensão dos fenômenos sociais. Como práxis crítica, esse instrumento de análise social foi mostrado como capaz de desafiar o *status quo* e propor mudanças nas relações de poder presentes na sociedade. Quando aproximados, esses

dois princípios geram uma sinergia que produz um resultado combinado maior que suas partes separadas. Investigação e práxis reunidas moldam um novo jeito de abordar os problemas sociais. A investigação leva à ação. Ação reclama uma investigação. A sinergia entre investigação e ação enriquece potencialmente a ambas.

Por fim, com o intuito de propor uma pedagogia interseccional, refletiu-se no presente texto sobre a necessidade de uma educação crítica que seja perpassada pela interseccionalidade a fim de promover uma formação para a consciência crítica, capaz de ler o livro a partir de uma leitura de mundo, fazendo perguntas críticas e propondo intervenções. Conclui-se que a educação crítica é fruto de uma pedagogia interseccional que, por sua vez, resulta da sinergia entre interseccionalidade como investigação crítica e interseccionalidade como práxis crítica.

## REFERÊNCIAS

- BRANCO, Guilherme Castelo. As resistências ao poder em Michel Foucault. *Revista Trans/Form/Ação*, São Paulo, n° 24, pp. 237-248, 2001.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Revista Parágrafo*, V. 5, N 1, Jan./Jun., 2017. Disponível em <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506> Acesso em 30 out. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. e BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. 1ª ed., São Paul: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf> Acesso em 01 mar. 2023
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Vol. 1989, ISS. 1, Article 8, p. 139-167. Disponível em <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em 03 mar. 2023
- DESCARTES, René. Meditações Metafísicas. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2016.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero, Rio de Janeiro: Forense, 1995, pp. 231-248.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 82ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla, 2ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

*Submetido em junho de 2024  
Aprovado em abril de 2025*

---

### Informações dos autores

Emerson José da Cunha  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
*E-mail:* [cunhaemerson79@gmail.com](mailto:cunhaemerson79@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1053-1521>  
*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6653761499707648>

Erisvaldo Pereira dos Santos  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
*E-mail:* [erisvaldo@ufop.edu.br](mailto:erisvaldo@ufop.edu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3867-779X>  
*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3758844809395087>